

HERDEIROS OBRIGADOS A DECLARAR MAIS- VALIAS NA VENDA DE IMÓVEIS

PORTUGAL REGISTOU PERTO DE MIL CASAMENTOS FORÇADOS NOS ÚLTIMOS 8 ANOS

DEPUTADOS DO CHEGA APRESENTAM PROTESTO FORMAL A MARCELO

UM CARTÃO VERMELHO À CULTURA WOKE

IMPOSTOS, PENSÕES E COMBATE À IMIGRAÇÃO ILEGAL. AS PRIORIDADES DO CHEGA NO OE25



NT

Folha Nacional

ATUALIDADE

SÓCRATES ESTÁ LIVRE E CADA VEZ MAIS LONGE DO JULGAMENTO

EX-PRIMEIRO-MINISTRO DA BANCAROTA
LIVRE PARA SAIR DO PAÍS

P. 02





SÓCRATES ESTÁ LIVRE E CADA VEZ MAIS LONGE DO JULGAMENTO

POR FOLHA NACIONAL

O antigo primeiro-ministro José Sócrates, que está envolvido num dos maiores casos de corrupção portugueses, está livre de medidas de coação, o que significa que nada o prende de sair de Portugal. Segundo o despacho a que a agência Lusa teve acesso, “a medida de coação imposta a José Sócrates extinguiu-se no passado dia 1 de novembro devido ao decurso do seu prazo máximo”. Conforme cita o documento, “é entendimento pacífico do Supremo Tribunal de Justiça que, de acordo com o princípio de unidade processual do prazo das medidas de coação, este é único num mesmo processo”. Desta forma, “tendo os autos já sido remetidos para julgamento e tendo sido aplicada a medida de coação nessa fase, o prazo máximo da medida de apresentações passou a ser (...) de dois anos e quatro meses, não sofrendo tal prazo um encurtamento em virtude de ter havido regressão à fase processual anterior”.

Recorde-se que, desde 1

de julho de 2022, Sócrates estava obrigado a apresentações quinzenais na esquadra policial da área de residência. No entanto, esta medida de coação foi recentemente extinta, o que tem gerado descontentamento entre as autoridades e a opinião pública. Isto porque o antigo primeiro-ministro fica livre para poder fugir do país, à semelhança do que aconteceu com João Rendeiro, ex-banqueiro

“É um ultraje o que aconteceu. É mais um tiro no edifício do Estado de Direito, na crença na democracia em Portugal e um enorme aumento de frustração e revolta dos cidadãos face à nossa democracia, que, de facto, está doente”, disse André Ventura

envolvido no caso do Banco Privado Português (BPP), que fugiu para África do Sul, onde acabaria por ser capturado. Apesar de já não ocupar cargos

públicos, ainda se desconhecem os meios financeiros que permitem ao socialista manter um nível de vida considerado elevado, sobretudo em comparação com a média nacional — estilo de vida que está a levantar suspeitas e que contribui para o receio de que possa “desaparecer dos radares”, caso seja essa a sua intenção. Este processo judicial arrasta-se desde 2017, não apenas devido à morosidade da justiça portuguesa, mas também pela sucessão de recursos e reclamações interpostos por José Sócrates, que já somam 52 apenas no Tribunal da Relação de Lisboa e no Supremo Tribunal de Justiça. Em 2017, Sócrates foi acusado de receber 6 milhões de euros de Ricardo Salgado para travar OPA da Sonae à PT. Segundo o jornal Público, o ex-banqueiro, que dirigiu o Grupo Espírito Santo e o banco com o mesmo nome, terá pago 6 milhões ao então primeiro-ministro José Sócrates, para o socialista usar o seu poder para impedir o sucesso da OPA que o grupo Sonae lançou em fevereiro de 2006 à Portugal Telecom,

na altura o gigante português das telecomunicações.

Os 6 milhões de euros terão chegado a Sócrates através de uma conta do seu primo, José Paulo Pinto de Sousa, que já tinha aparecido referido no processo “Freeport”, que se focalizou na forma como foi licenciado um ‘outlet’ em Alcochete, na altura em que Sócrates era ministro do Ambiente. Desde que a investigação da “Operação Marquês” foi desencadeada, em novembro de 2014, Sócrates perdeu quase 80% dos recursos apresentados, embora isso não tenha impedido que todo o processo se prolongasse ao longo dos anos.

Em 2021, o antigo Secretário-Geral do Partido Socialista foi ilibado dos crimes de corrupção de que era acusado, restando apenas as acusações de branqueamento de capitais e falsificação de documentos, que ainda esperam julgamento. O prolongamento deste caso tem gerado grande polémica e descrédito entre a população, que acompanha com preocupação e ceticismo o desenrolar de um processo que parece longe de um desfecho definitivo.

Ainda em 2021, o juiz Ivo Rosa decidiu ilibar não apenas José Sócrates de crimes de corrupção, mas também todo o Grupo Lena, incluindo o ex-administrador Joaquim Barroca, que enfrentava acusações de corrupção ativa. Esta decisão abrangeu ainda Carlos Santos Silva, amigo próximo de Sócrates, que estava acusado de corrupção passiva de titular de cargo político e corrupção ativa de titular de cargo político. Este desfecho fez correr muita tinta nas páginas dos jornais portugueses, sendo amplamente criticado e levantando questões sobre a eficiência e transparência da justiça no país. A decisão de Ivo Rosa, que reduziu significativamente o impacto das acusações na “Operação Marquês”, foi recebida com ceticismo e desapontamento por muitos setores, especialmente considerando as acusações iniciais e a relevância política e económica dos implicados.

A medida foi vista por alguns como um sinal de fragilidade do sistema judicial português perante casos de grande complexidade e influência, uma vez que o Grupo Lena era apontado como peça central no alegado esquema de corrupção em torno de José Sócrates. Essa liberação trouxe

ainda mais polémica ao caso, prolongando o debate público sobre o poder da justiça para combater a corrupção, principalmente em casos de corrupção política de alto perfil. O CHEGA tem sido o partido que mais se tem contestado sobre este caso, não só com a demora, mas com todas as prescrições que têm acontecido.

“É evidente, perante todos, que a decisão que foi conhecida, de deixar cair os crimes de corrupção ligados a José Sócrates, muitos deles por razões de prescrição, causam-nos enorme perplexidade, sentimento de revolta e de frustração. É um ultraje o que aconteceu. É mais um tiro no edifício do Estado de Direito, na crença na democracia em Portugal e um enorme au-

Para Ventura, “não se trata do homem José Sócrates ou Ricardo Salgado nem Zeinal Bava, trata-se do país, de uma teia de interesses que todo o país viu e de formas de financiamento que sabíamos que não poderiam ser de origem lícita.”

mento de frustração e revolta dos cidadãos face à nossa democracia, que, de facto, está doente”, disse André Ventura. O Presidente do CHEGA considera que está em causa “um sentimento de vergonha nacional, perante um antigo primeiro-ministro” que tinha “despesas inqualificáveis, formas e fontes de fortuna incompreendidas por todo o cidadão, face à vida que fazia e, ainda assim, a Justiça deixa-o escapar”.

Ventura diz ainda que respeita as “instituições, a independência dos tribunais e dos juizes e a sua decisão”, mas que “são milhões, dezenas, centenas de milhões de euros retirados aos portugueses para alguns fazerem vida à conta disso para, quando chega a ‘hora H’”, não haver Justiça.

“Perante um cenário tão grotesco, tão absurdo, como este, não podemos deixar de manifestar a nossa mais profunda perplexidade e revolta. Não se trata do homem José Sócrates ou Ricardo Salgado nem Zeinal Bava, trata-se do país, de uma teia de interesses que todo o país viu e de formas de financiamento que sabíamos que não poderiam ser de origem lícita”, acrescentou em declarações aos jornalistas.



IMPOSTOS, PENSÕES E COMBATE À IMIGRAÇÃO ILEGAL. AS PRIORIDADES DO CHEGA

POR FOLHA NACIONAL

O IRC, as pensões, os imigrantes, os polícias e os bombeiros foram os temas das primeiras propostas que o CHEGA apresentou, esta segunda-feira, como alteração da proposta do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), em fase de especialidade, com várias iniciativas que definem as principais prioridades políticas do partido liderado por André Ventura. O CHEGA propôs uma atualização adicional das pensões em 1,5%, superior em 0,25 pontos percentuais à que é defendida pelo PS, nomeadamente na negociação com o Governo, um aumento de 1,25% para todos os pensionistas que recebam até três IAS (1565 euros), sendo esta uma medida que se reveste “da maior justiça intergeracional, num contexto em que o Governo já admitiu que existe alguma folga orçamental”, por ser a altura “de valorizar uma faixa etária que muito contribuiu para o desenvolvimento do país durante as últimas décadas”. Para o presidente do CHEGA é “importante saber como

PSD e PS se vão posicionar” e que o “esforço dos políticos, em vez de ser aumentar os seus salários, deve ser o de aumentar as pensões baixas”. “Tenho esperança de que o PS ou o PSD, porque é preciso um dos dois, possam pelo menos olhar para esta proposta com o sentido social que ela merece”, acrescentou Ventura, em declarações aos jornalistas.

“Tenho esperança de que o PS ou o PSD, porque é preciso um dos dois, possam pelo menos olhar para esta proposta [aumento de pensões] com o sentido social que ela merece”, acrescentou Ventura.

Já no que ao IRC diz respeito, o CHEGA pretende que as empresas paguem 19% no próximo ano e, no caso de pequenas e médias empresas ou empresas de pequena-média capitalização, a aplicação de uma taxa de 15% aos primeiros 50 mil euros de matéria coletável. Deste

modo, o partido liderado por André Ventura defende o regresso ao IRC inicialmente proposto pelo Governo e do qual Montenegro abdicou nas negociações com PS. Outra proposta de alteração do CHEGA é a isenção do pagamento do IMI nos imóveis com valor patrimonial até 350 mil euros, para responder ao “surto inflacionista com reflexos quer na perda de poder de compra, quer no aumento dos encargos”. As restantes propostas de alteração ao OE2025 assumem bandeiras do partido, como o acesso ao rendimento social de inserção (RSI) que deverá passar a estar condicionado à residência legal em Portugal e contribuição para a Segurança Social nos últimos cinco anos; o suplemento de missão, já existente na Polícia Judiciária, a todas as forças de segurança; e um suplemento “pelo ónus específico da prestação de trabalho, risco e disponibilidade permanentes” dos bombeiros profissionais municipais e dos bombeiros sapadores, composto por um suplemento remuneratório mensal.



EDITORIAL
por BERNARDO PESSANHA
EDITOR DO FOLHA NACIONAL

DONALD TRUMP: UMA ESPERANÇA PARA O OCIDENTE

A vitória de Trump é, antes de mais, a vitória de um lutador, que mostrou ao mundo que a extrema-esquerda globalista não lhe mete medo, e que é possível vencê-los. É uma vitória dos valores conservadores, que vêm na Vida o principal direito humano e um valor absoluto, na família a célula base da sociedade e que rejeitam o controlo do Estado sobre as suas vidas, sobre a educação dos seus filhos e que querem ser livres de transmitir os valores com os quais cresceram às futuras gerações. É uma vitória de um Ocidente cada vez mais ameaçado pela influência geopolítica de países como a China e a Rússia, que têm em Trump um opositor implacável às suas pretensões autoritárias e um firme defensor dos interesses estratégicos e valores fundamentais do mundo ocidental. É uma vitória de todos os patriotas, que consideram crucial o fortalecimento das suas fronteiras e da soberania nacional, e que o Ocidente deve proteger os seus valores democráticos internamente antes de querer projetá-los externamente. É uma vitória da liberdade de pensamento e de expressão, contra o ativismo agressivo no campo racial, ambiental ou de género, que recorre à censura para impor as suas normas e se instalou, de forma particularmente intensa, nos Estados Unidos e na Europa. É uma vitória da liberdade económica, que defende a ideia de que o Governo deve servir aos interesses dos cidadãos sem interferir de forma exagerada e sufocante nas suas vidas. É uma vitória e um passo decisivo no combate cultural anti-woke e contra o ativismo progressista, sendo uma clara rejeição dessa cultura sufocante e punitiva que pretende moldar a sociedade a valores impostos por uma elite intelectual. Mas esta é também uma derrota da bolha político mediática, que nas suas análises enviesadas e frequentemente marcadas por preconceitos ideológicos, teima em desvalorizar o campo político que Trump e partidos congéneres de outras regiões do globo, nomeadamente na Europa, representam. A vitória de Trump é mais do que uma simples conquista eleitoral: É um sinal de esperança para o Ocidente e o reforço de uma visão do mundo que respeita a tradição, valoriza a liberdade e defende a ordem moral.

DEPUTADOS DO CHEGA APRESENTAM PROTESTO FORMAL A MARCELO

FONTE: LUSA E FN

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, recebeu, esta quarta-feira, os deputados do CHEGA no Palácio de Belém, no âmbito do pedido de André Ventura para apresentar um protesto com todo o Grupo Parlamentar. O presidente do CHEGA e os restantes deputados do partido chegaram ao Palácio de Belém um pouco depois das 11h00 e foram recebidos na Sala Arrábida pelo chefe de Estado. O encontro pedido pelo CHEGA, que durou perto de 10 minutos, teve como objetivo entregar a Marcelo um protesto escrito pela sua

atuação na sequência da morte de Odair Moniz e dos distúrbios que se seguiram na Grande Lisboa. "O CHEGA decidiu hoje entregar ao Presidente da República um protesto formal, assinado por todos os membros do Grupo Parlamentar [do CHEGA], que dará entrada na Assembleia da República, em relação ao comportamento do Presidente do Estado português, relacionado com os eventos que sucederam a morte de Odair Moniz, no Bairro do Zambujal", afirmou o líder do CHEGA. O protesto prende-se com o facto de Marcelo não ter destacado a ação policial,

nem o prestígio e autoridade da instituição policial, mas a visita aos amigos e familiares de Odair e ao Bairro do Zambujal: "transmitiu um sinal político errado ao país de que o mais alto representante do Estado estaria a dar um sinal de proteção e acolhimento àquelas pessoas e de não proteção e não segurança às forças de autoridade", arrematou Ventura. Para o líder do CHEGA, "as principais instituições do Estado devem manter-se ao lado do Estado de Direito e das suas instituições", afirmou, concluindo que se deve dar o sinal ao país de que "não toleraremos atos de sabotagem e de bandidagem".

No fim da audiência, André Ventura prestou declara-

O protesto prende-se com o facto de Marcelo ter dado prioridade a uma visita aos amigos de Odair Moniz e ao Bairro do Zambujal, em detrimento de destacar a ação policial e o prestígio e autoridade da instituição policial, "transmitindo um sinal político errado ao país."

ções aos jornalistas na Sala das Bicas, durante quase

15 minutos, rodeado pelos outros deputados do CHEGA, em representação de todos os distritos pelos quais foram eleitos, e agradeceu a Marcelo Rebelo de Sousa por se ter disposto a, excepcionalmente, receber todo um Grupo Parlamentar. "O senhor Presidente da República facilitou uma reunião conjunta com todo o Grupo Parlamentar, algo que é inédito e que também não queríamos deixar de sublinhar, não obstante, sublinhe, o protesto que entregámos. E também demos conta ao Presidente da República, que o levaremos à Assembleia da República", afirmou.



© FOLHA NACIONAL

GOVERNO METE MARCHA-ATRÁS ÀS GREVES NAS POLÍCIAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Ministério da Administração Interna esclareceu que a discussão do direito à greve na polícia, não fará parte das negociações previstas para janeiro com as associações sindicais, após as declarações da ministra Margarida Blasco. No encerramento do congresso da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), Margarida Blasco afirmou: "vamos começar no dia 6 de janeiro um conjunto de revisões e é um ponto que pode estar e estará, com certeza, em cima da mesa. Neste momento não vou dizer se sim ou se não, porque vai ter de ser submetido a um estudo", quando questionada pelos jornalistas sobre se estava disposta a conceder o direito à greve aos polícias. Contudo, horas depois, um esclarecimento do Ministério da Administração Interna enviado às redações refere que "a posição do Governo é clara: nesse diálogo pode ser discutida a representação laboral e os direitos sindicais. Mas não o direito à greve". No final do congresso, que decorreu em Lisboa, a questão do reconhecimento do direito à greve na polícia foi abordada pelo presidente da ASPP/PSP,

No encerramento do congresso da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), Margarida Blasco afirmou: "vamos começar no dia 6 de janeiro um conjunto de revisões e é um ponto que pode estar e estará, com certeza, em cima da mesa".

Paulo Santos, que destacou que esse ponto é há muito tempo reivindicado pelos sindicatos. Paulo Santos, presidente da ASPP/PSP, afirmou que a estrutura sindical vai "iniciar diligências" junto do Tribunal Constitucional e dos partidos políticos para discutir o direito à greve em Portugal. "O direito à greve não está proibido pela Constituição da República Portuguesa e o que existe é uma restrição em lei ordinária", afirmou.

BOMBEIROS VISITAM PARLAMENTO EUROPEU GRAÇAS AO CHEGA



FONTE: FOLHA NACIONAL

O CHEGA convidou um grupo de 20 dirigentes de sindicatos e associações representativas de bombeiros e profissionais da Proteção Civil para ir ao Parlamento Europeu, entre 4 e 6 de dezembro. Em cima da mesa, estão em destaque temas relacionados com o combate aos incêndios e a reivindicação de um subsídio de risco "mais justo". Recorde-se que o partido liderado por André Ventura e representado no Parlamento

Europeu pelos eurodeputados António Tânger Corrêa e Tiago Moreira de Sá vai avançar com um suplemento de risco

O CHEGA convidou um grupo de 20 dirigentes de sindicatos e associações representativas de bombeiros e profissionais da Proteção Civil para ir ao Parlamento Europeu, entre 4 e 6 de dezembro

para os bombeiros – proposta incluída numa das suas primeiras alterações orçamentais. O CHEGA propõe, assim, um suplemento "pelo ónus específico da prestação de trabalho, risco e disponibilidade permanentes" dos bombeiros profissionais municipais e dos bombeiros sapadores, composto por um suplemento remuneratório mensal, com uma componente variável fixa sobre a remuneração base e por outra componente fixa, em termos a regulamentar. Isto significa que caso a proposta seja aprovada, os bombeiros profissionais da Administração Local deverão receber um suplemento remuneratório com um valor fixo de 50 euros e por uma componente variável que corresponda a 17,5% da sua remuneração-base. Ou seja, acima dos 7,08 euros agora pagos aos sapadores, que o CHEGA defende ser "muito pouco para quem, atuando sobretudo nas ocorrências urbanas, está sujeito a riscos significativos, tanto ou mais do que os enfrentados pelos bombeiros que combatem incêndios rurais". A visita ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, organizada pelo eurodeputado Tiago Moreira de Sá, contará com a presença de outros cinco deputados do partido.

© FOLHA NACIONAL

PORTUGAL REGISTOU PERTO DE MIL CASAMENTOS FORÇADOS NOS ÚLTIMOS OITO ANOS



FONTE: FOLHA NACIONAL

A pesar de o casamento infantil ser considerado “um fenómeno muitas vezes invisível”, um estudo conduzido por 48 organizações em Portugal revelou que, entre 2015 e 2023, foram identificados cerca de 836 casos de casamentos infantis, precoces ou forçados no país - número que voltou a aumentar após a pandemia. Estes dados constam do ‘Livro Branco: Recomendações para Prevenir e Combater o Casamento Infantil, Precoce e/ou Forçado’, que analisa, detalhadamente, o problema e sugere políticas e medidas para o erradicar, avança o jornal Público. Segundo a legislação portuguesa, a idade mínima para casar é de 16 anos, sendo necessária a autorização dos progenitores, tutores legais ou, em alguns casos, do conservador do registo civil. De acordo com o Código Civil português, o casamento leva à emancipação legal do menor, que passa a ser considerado maior de idade aos 16 anos, mas, mesmo assim, continua a ser obrigado a frequentar a escola. No entanto, “esta condição legal tem-se mostrado insuficiente para travar os casos de casamentos envolvendo menores”.

A maior parte dos nubentes encontrava-se entre os 15 e os 18 anos, havendo ainda o registo de 126 casos de crianças com idades entre os 10 e os 14 anos e 346 menores entre os 15 e os 16 anos, demonstrando que o fenómeno é mais abrangente do que aparenta.

De acordo com o relatório, estas uniões são frequentemente impulsionadas pelos próprios familiares, especialmente em contextos onde há fortes tradições culturais e religiosas que valorizam o casamento precoce, como forma de preservar laços dentro do mesmo grupo étnico ou religioso.

Por distritos, Lisboa surge com o maior número de casos, a registar cerca de 246 casamentos, seguida de Castelo Branco (239) e Beja (155). O estudo salienta ainda que este fenómeno, que afeta sobretudo raparigas, representa “uma ameaça ao desenvolvimento e aos direitos fundamentais das menores”. O Livro Branco alerta para as consequências associadas ao casamento infantil, que incluem não apenas o abandono

escolar, mas também a gravidez precoce e o isolamento social – fatores que limitam severamente as oportunidades e o futuro destas jovens. “Esta é uma violação dos direitos humanos gravíssima. Estamos a falar de raparigas a quem é retirado o direito à infância e adolescência porque são obrigadas a casar e a abandonar a escola. Depois engravidam e o seu desenvolvimento é posto em causa”, afirmou Francisca Magano, diretora de Políticas de Infância e Juventude na UNICEF Portugal. De acordo com o relatório, estas uniões são frequentemente impulsionadas pelos próprios familiares, especialmente em contextos onde há fortes tradições culturais e religiosas que valorizam o casamento precoce, como uma forma de preservar laços dentro do mesmo grupo étnico ou religioso. Estima-se que pelo menos 374 destes casamentos estejam ligados a esse tipo de pressão cultural. “Estas situações acabam por se diluir e o casamento acaba por não ficar identificado. Este acaba por ficar invisível para a estatística, mas não é invisível na vida de uma criança”, acrescenta a presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC).

ESQUADRA QUE MARCELO VISITOU NO BAIRRO DO ZAMBUJAL NÃO EXISTE

FONTE: FOLHA NACIONAL

A comunicação social começou por escrever que o Presidente da República esteve, no sábado passado, “no Bairro do Zambujal, na Amadora, onde visitou a esquadra da PSP e conversou com familiares de Odair Moniz”, homem que foi atingido por um polícia a 21 de outubro, no Bairro da Cova da Moura. Contudo, o Folha Nacional apurou de que não existe esquadra da PSP no Bairro do Zambujal, na Amadora, bem como não existem quaisquer registos que possam comprovar essa mesma visita. De acordo com a RTP, a visita à suposta esquadra da PSP, no Bairro do Zambujal, “não constava da agenda do Chefe de Estado transmitida à comunicação social, sendo posteriormente divulgada em nota na página da Presidência da República”. “Tal como tinha anunciado, o Presidente da República iniciou visitas informais na zona da Grande Lisboa, tendo estado na Amadora, juntamente com o presidente da Câmara Municipal, no Bairro do Zambujal, onde visitou a esquadra da PSP e conversou com diversos moradores daquele bairro, incluindo familiares de Odair Moniz. Também jantou na Amadora, onde visitou o quartel dos Bombeiros”, pode-se ler no sítio oficial.

HÁ MAIS DE 500 ESCOLAS DEGRADADAS EM TERRITÓRIO NACIONAL

FONTE: LUSA E FN

Mais de 500 escolas do ensino básico e secundário em Portugal estão degradadas e o presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas (ANDAE) denunciou o cenário “degradante” das escolas portuguesas, no que diz respeito ao estado de conservação destas instituições e apelou para que o Governo “ponha mãos à obra”. As declarações surgiram após o ministro da Educação ter anunciado um plano de investimento para a recuperação do parque escolar que não fique dependente apenas de fundos europeus. “Neste momento temos mais de 500 escolas que estão identificadas como estando em estado de degradação. São quase 10% do total das escolas e isso resultou da falta de planeamento”, confessou o ministro da Educação, Ciência e Inovação durante a audição no Parlamento sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2025 (OE2025). As obras tanto poderão vir a ser pagas por fundos comunitários, orçamento do estado ou empréstimos ao Banco de Investimento. O ministro acrescentou que “o plano ainda não está feito”.

UE RECEBE QUEIXA APÓS MORTES DEVIDO A ATRASOS NO 112

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Associação Nacional dos Técnicos de Emergência Médica (ANTEM) vai apresentar queixa ao Tribunal de Justiça da UE e Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por considerar que a emergência médica em Portugal não garante o direito à saúde previsto na Constituição. Em comunicado, a ANTEM acusa de inércia os governos dos últimos anos e considera que o sistema que Portugal detém “contraria profundamente as mais basilares práticas e modos de gestão de qualquer Serviço Médico de Emergência, eficaz e focado no paciente”. A polémica surgiu quando o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH) denunciou que duas pessoas tinham morrido devido a atrasos no atendimento na linha 112, o que levou ao anúncio de uma auditoria interna ao INEM, considerando que as condições continuavam a agravar-se “por escassez” de profissionais. O INEM já veio confirmar que a greve dos técnicos de emergência pré-hospitalar (TEPH) afeta o normal funcionamento da linha 112.

BCP NÃO ACEITA FINANCIAMENTO DO FUNDO DE RESOLUÇÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

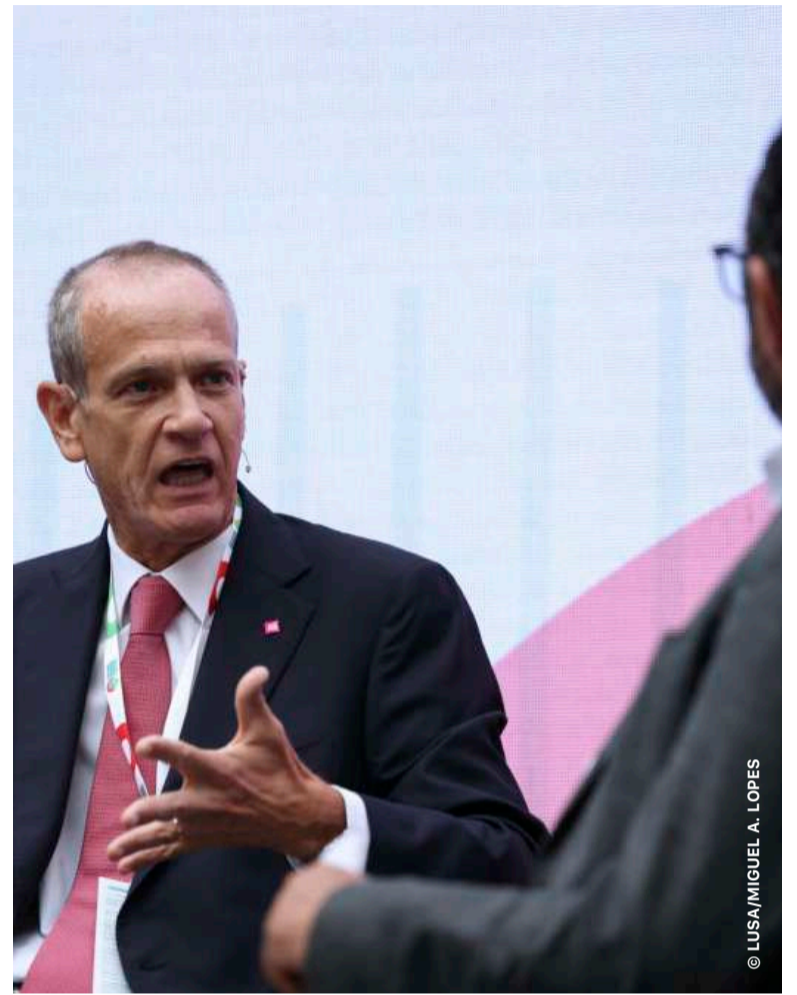
O presidente do BCP, Miguel Maya, disse que nunca se conformará que haja entidades financeiras que não contribuam para o Fundo de Resolução bancário e que criticará o modelo de financiamento enquanto tiver responsabilidades no setor. Na conferência Money Summit, em Lisboa, questionado sobre esse tema que critica há anos, Maya disse que a forma como foi feito o modelo de financiamento do Fundo de Resolução bancário (que financia o Novo Banco, o banco criado aquando da resolução do BES) foi o melhor possível na altura, mas o que não enten-

de é por que não se corrigiu, entretanto, "o erro" quanto a quem paga a fatura, pois depende apenas sobre alguns. "Porque não são todas as entidades que prestam serviços financeiros aos portugueses", questionou. Miguel Maya defende, há anos, que deve ser alargado o conjunto dos operadores financeiros que contribuem para o Fundo de Resolução e que a contribuição para esse fundo seja feita por todas as empresas que prestam serviços financeiros em Portugal. O presidente do Santander Totta, Pedro Castro e Almeida, disse que, precisamente para evitar esse custo, hou-

ve bancos que passaram de filial a sucursal.

No fim de outubro, o Banco de Portugal indicou que prevê aumentar a taxa sobre a qual incidem as contribuições dos bancos para o Fundo de Resolução, o que implica uma subida de entre 60,5 e 62,9 milhões de euros para o conjunto das instituições participantes. Na semana passada, em conferência de imprensa, o presidente do BPI criticou o aumento.

"Já não gostei de ter pago o jantar a que não fui. Apresentarem agora alterações à fatura é um bocado complicado", afirmou João Pedro Oliveira e Costa.



© LUSA/MIGUEL A. LOPES

HERDEIROS OBRIGADOS A DECLARAR MAIS-VALIAS NA VENDA DE IMÓVEIS



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A venda de um imóvel de herança indivisa obriga cada um dos herdeiros a declarar as mais-valias relativas à sua quota-parte, mesmo que o valor total da venda vá para apenas um deles, esclarece o fisco. Na origem deste entendimento da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) está um dos beneficiários de uma herança em que ainda não foram feitas partilhas, tendo um dos bens desta herança indivisa (no caso

um imóvel) sido vendido. A dúvida deste contribuinte residia em saber se podia ser ele o único herdeiro a declarar no seu IRS a venda e a pagar a totalidade do imposto das mais-valias registadas com esta transação. Na resposta a este pedido de informação vinculativa, a AT é taxativa ao afirmar que a transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis "feita em sede de herança indivisa obriga a que cada um dos herdeiros declare os ganhos obtidos em razão da

quota ideal a que tem direito na respetiva herança". Na mesma informação vinculativa, a AT distingue, contudo, a situação da venda de um bem da herança indivisa da do recebimento de rendas, sendo que, neste segundo caso, havendo acordo, pode ser possível imputar os rendimentos a apenas um titular. "No caso de rendas obtidas por bens de uma herança, caso exista o acordo de todos os herdeiros em que essas rendas sejam atribuídas a um só herdeiro, é de

A transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis "feita em sede de herança indivisa obriga a que cada um dos herdeiros declare os ganhos obtidos em razão da quota ideal a que tem direito na respetiva herança"

aceitar que a declaração fiscal desses rendimentos se circunscreva ao efetivo titular dos mesmos, desde que tal facto seja comprovado documentalmente", refere a AT, distinguindo esta situação daquela em que está em causa um rendimento obtido com uma transação.

FATURAS DAS MENSALIDADES DOS LARES PODEM TER NIF DOS FILHOS

FONTE: LUSA E FN

Os filhos de idosos que residem em lares e contribuem para o pagamento da mensalidade podem pedir que a fatura seja emitida com o seu NIF, no valor correspondente à parte que suportam, facilitando a declaração de despesas e a eventual dedução no IRS. A questão fiscal foi colocada à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) por uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) que quis saber se lhe era possível emitir fatura a cada um dos filhos de uma utente, na parte assumida por estes na mensalidade do lar. Até agora, refere o pedido de informação vinculativa enviado pela ERPI, o valor integral tem sido faturado "sempre em nome da utente", adiantando, contudo, que tem sido questionada "relativamente à parte que é assumida pelos filhos, uma vez que a utente não tem rendimentos para fazer face ao valor do encargo pago mensalmente".

"Na circunstância do utente não coincidir contratualmente com o destinatário do serviço, no todo ou em parte, deve ser emitida fatura, em nome e com o número fiscal de cada um, pelo valor do encargo efetivamente suportado"

Na resposta da AT, divulgada na segunda-feira, é referido que a fatura que titula a prestação de serviços "deve ser emitida ao respetivo destinatário dos serviços prestados", sendo que "na circunstância do utente não coincidir contratualmente com o destinatário do serviço, no todo ou em parte, deve ser emitida fatura, em nome e com o número fiscal de cada um, pelo valor do encargo efetivamente suportado". A possibilidade de optar por esta medida poderá contribuir para que os familiares destes utentes possam ter uma maior transparência nas contas e facilitar o acesso a benefícios fiscais que estejam associados às despesas com cuidados continuados.

TRUMP REELEITO PRESIDENTE COM VITÓRIA ESMAGADORA

FONTE: FOLHA NACIONAL

Foi confirmada a vitória de Donald Trump como o novo Presidente dos Estados Unidos da América. Assim, o republicano será o 47.º presidente dos EUA e apenas o segundo na história do país a ser reeleito para um segundo mandato não consecutivo (não acontecia desde o século XIX). Ao longo da madrugada de quarta-feira, o antigo presidente foi conquistando vários dos seis Estados-chave, onde havia perdido para Joe Biden em 2020, à margem da Carolina do Norte, o único dos sete decisivos estados, onde o ainda presidente democrata perdeu para Trump há quatro anos. Por volta das 06h30 (hora de Lisboa), tudo apontava para uma vitória republicana, caso Trump vencesse na Pensilvânia. Passada meia-hora, já perto das 7h00, foi a Fox News a primeira estação a conceder o Estado, com Mike Johnson, líder da maioria republicana na Câmara dos Representantes, a anunciar o "presidente eleito Donald Trump". Contudo, escreve a CNN, foi somente pelo Estado americano Wisconsin que chegou a proclamação da vitória, recuperando assim o Estado que Biden havia ganhado em 2020, ultrapassando os 270 necessários para garantir a presidência. "É uma vitória esmagadora em todas as frentes", declarou o ex-presidente no púlpito da sua sede de campanha, na Florida. "Vamos ajudar a sarar este país", acrescentou. É a primeira vez desde o final do século XIX que um presidente conquista um segundo mandato não consecutivo — não acontecia desde Grover Cleveland. Trump terá sido o primeiro republicano, em 36 anos, a vencer em Miami-Dade, um condado consistentemente democrata no seu Estado-Natal.



© FACEBOOK | DONALD J. TRUMP



OPINIÃO

por MADALENA CORDEIRO | DEPUTADA

UM CARTÃO VERMELHO À CULTURA WOKE

Os eleitores americanos mostraram cartão vermelho à cultura WOKE. Disseram, expressivamente, que não querem viver num sistema de subclasses onde o seu valor é aferido em função da sua raça, sexualidade ou condição de nativos/imigrantes. Sobretudo, disseram que não querem perder tempo a desconstruir o Ocidente e as suas conquistas. Querem um executivo pragmático capaz de responder aos desafios de um mundo cada vez mais multipolar. No entanto, a vitória Republicana não significa a extinção do Wokismo. Pelo contrário, os descendentes de Saul Alinsky vão reorganizar-se e concentrar os seus esforços no domínio do sistema de ensino e da produção cultural. As presas mais apetecíveis são as novas gerações que nunca viveram o comunismo nas geografias ocidentais. Como tal, não é tempo de baixar a guarda. Devemos, sim, permanecer vigilantes e combativos. Não podemos esperar que um Presidente dos Estados Unidos da América nos salve. Cada um deve começar, continuar a sua cruzada individual. Partilho pequenas atitudes que podemos adotar: Vigiar o nosso próprio pensamento, evitando a externalização de culpas e a responsabilização de terceiros. O Wokismo é perito em responsabilizar a sociedade por qualquer infortúnio que nos aconteça. Rasgarmos com qualquer linguagem "inclusiva" que desvirtue a língua nativa, símbolo da identidade nacional. A corrupção do carácter começa com a corrupção da linguagem (por exemplo: devemos utilizar "sexo" e não "género"). Adotarmos uma postura ativa. Se cada um de nós se envolver na política local, nas associações e ONGs, ou na associação de pais da escola dos seus filhos, estará a impedir que um Wokista ocupe esse lugar e difunda as suas ideias. Não existem lugares vazios na sociedade e o mal aproveita cada brecha. Nem todos poderão ser presidentes do seu país, mas quantos lugares existem antes desse que precisam de si? No fim, esta é uma luta entre o Bem e o mal. Entre os Valores e a depravação. Em que lugar quer que cresçam os seus filhos e os seus netos?

DECLARADA "ZONA DE CATÁSTROFE" EM VALÊNCIA APÓS 217 MORTOS

FONTE: LUSA E FN

As inundações no leste de Espanha, na terça-feira da semana passada, causaram pelo menos 217 mortos, mais de 100 mil veículos destruídos, sendo que ainda se encontram por localizar dezenas de pessoas, segundo os balanços mais recentes das autoridades locais e nacionais. O Governo espanhol declarou "zona de catástrofe" na região de Valência e aprovou um primeiro pacote de 10.600 milhões de euros em ajudas às populações e empresas afetadas pelas inundações. Sánchez revelou que o Conselho de Ministros já aprovou um primeiro pacote de ajudas no valor de 10.600 milhões de euros a famílias, empresas e autoridades locais, que são "apenas o começo" de um plano de resposta imediata e reconstrução da região. Espanha iniciou já também os procedimentos para ativar o fundo de solidariedade da União Europeia e pediu a aprovação urgente no Parlamento Europeu de uma alteração aos regulamentos dos fundos de coesão, para os poder reprogramar e destinar à zona afetada pelas inundações, por estarem em causa um desastre natural.

INTERPOL DETÉM 2.500 PESSOAS POR TRÁFICO HUMANO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Interpol anunciou ter feito a sua "maior operação de sempre contra o tráfico de seres humanos", detendo mais de 2.500 pessoas e resgatando mais de 3.000 potenciais vítimas em todo o mundo. A operação, designada como "Liberterra II", decorreu em 116 países e territórios, entre 29 de setembro e 4 de outubro, avançou a Interpol. O processo permitiu "resgatar 3.222 potenciais vítimas", incluindo menores forçados a trabalhar em explorações agrícolas na Argentina, migrantes em discotecas na Macedónia, mendigos no Iraque, trabalhadores domésticos no Médio Oriente" e "identificar 17.793 migrantes irregulares", adiantou. Um total de 2.517 detenções foram feitas durante essa semana.

DESPORTO: MULHERES PERDEM 900 MEDALHAS PARA TRANSGÉNERO

FONTE: FOLHA NACIONAL

Um relatório das Nações Unidas revelou que, até 30 de março de 2024, as atletas femininas perderam quase 900 medalhas para homens que se identificam como mulheres, na categoria feminina de competições desportivas. "Violência contra mulheres e raparigas no desporto" é o nome do estudo que aponta que mais de 600 mulheres foram ultrapassadas por rivais biologicamente masculinos em diversos eventos desportivos. De acordo com o relatório, elaborado por Reem Alsalem, especialista sobre a violência contra mulheres, as atletas femininas já perderam mais de 890 medalhas em mais de 400 competições e em 29 categorias desportivas diferentes. Alsalem argumentou que "os atletas masculinos possuem características específicas, como níveis mais altos de força e testosterona", o que constitui uma vantagem, resultando na "perda de oportunidade justa" para as atletas femininas. O relatório surge numa altura em que Imane Khelif, que ganhou a medalha de ouro na categoria feminina de boxe nos Jogos Olímpicos, foi considerado biologicamente homem por um relatório médico.

VIA VERDE AUMENTA PREÇOS EM 2025

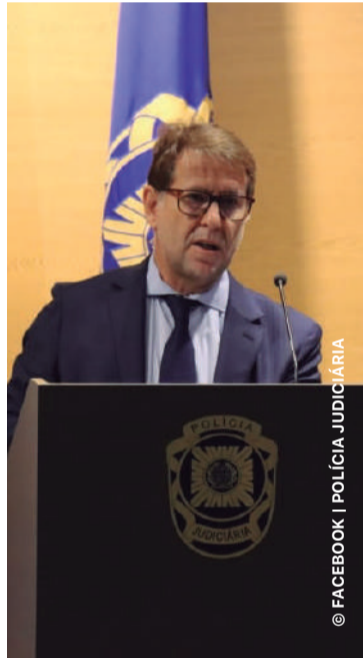
A Via Verde vai aumentar os preços em 2025, passando as mensalidades das modalidades "Mobilidade" e "Mobilidade Leve" de 1,14 euros e 1,43 euros, respetivamente, para 1,25 euros e 1,59 euros, segundo a nova tabela disponível 'online'. De acordo com o novo preço disponível no 'site' da Via Verde, a modalidade de subscrição "Autoestrada" passa de um valor mensal de 0,52 euros para 0,53 euros. Estes valores pressupõem um desconto promocional que implica a adesão ao extrato eletrónico.

RICARDO LEÃO ABANDONA FEDERAÇÃO DO PS DE LISBOA

O presidente da Câmara de Loures, Ricardo Leão, demitiu-se da presidência da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do Partido Socialista. Recorde-se que Ricardo Leão tinha sido eleito a 29 de setembro, mas acabou por apresentar a demissão na sequência de "uma polémica", como o próprio reconheceu em comunicado enviado esta quarta-feira, depois de ter defendido o despejo de autores dos distúrbios na Grande Lisboa após a morte de Odair Moniz. O autarca de Loures tinha dito que se demitiria se fosse esse o entendimento de Pedro Nuno Santos, a quem agradeceu "a defesa pública" do seu trabalho autárquico.

DIRETOR DA PJ DIZ QUE LEGISLAR É O PRIMEIRO PASSO PARA PREVENIR A CORRUPÇÃO

O diretor nacional da Polícia Judiciária (PJ) enfatizou a importância de legislar como elemento fundamental para prevenir a corrupção, salientando que numa fase posterior é importante haver "investigações coesas" no mais curto espaço de tempo. "O momento de legislar é o primeiro momento de prevenção da corrupção", afirmou Luís Neves, frisando, porém, que devem ser dadas "todas as garantias àqueles que são presumivelmente suspeitos", desde que haja "um equilíbrio nos meios de investigação criminal".



© FACEBOOK | POLÍCIA JUDICIÁRIA

PORTUGAL REAL

CHEGA ACUSA EXECUTIVO DE SETÚBAL DE FALTA DE DIÁLOGO



© CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

O líder da bancada do CHEGA na assembleia municipal de Setúbal, Luís Maurício, acusou, esta semana, o executivo comunista de falta de um diálogo construtivo com a oposição. O autarca do CHEGA referiu, em nota de imprensa, que "enquanto representante dos municípios, estou determinado a defender os interesses da população até ao último dia do meu mandato", reforçando que em primeiro lugar está o bem-estar dos municípios e o futuro de Setúbal. Esta indignação

surgiu depois do executivo comunista acusar a oposição de provocar dificuldades financeiras propositadas à autarquia. Em causa, está o recurso a uma garantia bancária de 12,5 milhões de euros da concessão dos serviços municipalizados, para pagar faturas em atraso. O CHEGA acusa os comunistas de tentarem camuflar os seus insucessos de gestão com a oposição, sendo a situação da autarquia insustentável do ponto de vista financeiro.

O Folha Nacional em Portugal



Cultural

GUIMARÃES JAZZ DURA ATÉ 16 DE NOVEMBRO

Um quarteto liderado pelo trompetista Ambroise Akinmusire abriu, esta quinta-feira, a 33.ª edição do Guimarães Jazz. O festival vai prolongar-se até 16 de novembro e preservará o "pacto de confiança com o público", sem recorrer aos nomes mais conhecidos do género musical.

FESTIVAL DA CANÇÃO 2025 CONTA COM TÊMAS DE ARTISTAS PORTUGUESES

Fernando Daniel, Luca Argel, Marco Rodrigues, Jéssica Pina, EU.CLIDES, Margarida Campelo estão entre os artistas convidados para comporem temas para o Festival da Canção 2025. No 59.º Festival da Canção irão competir 20 canções.

CASA DA MÚSICA DEDICA TRÊS DIAS AO 'PERÍODO BARROCO'

A Orquestra Sinfónica e o Coro Casa da Música abrem, esta sexta-feira, o Festival À Volta do Barroco sobre "a profundidade e inovação do período barroco" vivido entre inícios do século XVII e finais do seguinte. Este concerto propõe "um mergulho completo na riqueza histórica e na influência duradoura do barroco".

Insólito da Semana

VAI CHAMAR "IRMÃ" A OUTRA!

E se a sua irmã afinal, não fosse sua irmã? Pode acontecer e, às vezes, o destino bate à porta. Tudo começou quando Tony realizou um teste de ADN caseiro. Ao receber os resultados, verificou que tinha de facto uma irmã, mas que esta não era a mulher com quem cresceu e viveu toda uma vida. Tratava-se de um caso de troca de bebés, que segundo o SNS britânico, foi um caso "único e infeliz". Preparem os cofres que vem aí processo de indemnização!

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!



euvi!



O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ►



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 27 200 UNIDADES